

CLÍNICA DO TRABALHO VIVO: A PRODUÇÃO DE ESTRATÉGIAS E LINHAS DE CUIDADO NA ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

Isadora Gelinski da Silva - Bolsista Pró-Ciência e Acadêmica do Curso de Psicologia do Centro Universitário FADERGS. e-mail: isadoragelinski@gmail.com; Moisés José de Melo Alves - (Profe MsC. Orientador), Docente de Psicologia do Centro Universitário FADERGS.

Resumo

A história da loucura, segundo Foucault (2019), é marcada por discursos que produzem práticas sobre o outro e consequentemente constroem as imagens da loucura. Tais discursividades partiram a compor a razão biomédica, que criou um ideal de ser humano, construído enclausurando e marginalizando os diferentes, excluindo quem não “cabe” no ideal de humanidade. Essa pesquisa tem como objetivo entender como e quais linhas teóricas e movimentações políticas atuaram para produzir as linhas de cuidado em saúde mental na RAPS-POA. A metodologia é uma revisão integrativa com artigos a partir de 1992, textos em português, com os descritores: “atenção psicossocial” e “Porto Alegre”, nas bases: BVS Saúde e Portal de Periódicos CAPES. Foram encontrados 12 artigos que preencheram os critérios de inclusão. Os resultados evidenciam o pioneirismo do Rio Grande do Sul no redirecionamento ao tratamento em liberdade, mas que seguiu esbarrando na centralidade uniprofissional médica nas propostas dos cuidados ofertados.

Palavras-chave: Atenção Psicossocial, Saúde Mental Coletiva, Luta Antimanicomial.

Introdução

Essa pesquisa tem como proposta realizar uma análise documental da produção das políticas públicas de saúde mental de atenção psicossocial da RAPS-POA, para poder contribuir para a produção de saúde e no enfrentamento dos estigmas relacionados aos transtornos mentais severos e persistentes, através da promoção da clínica do trabalho vivo e em ato (Merhy, 2014). Esse estudo tem como objetivo principal compreender como e quais linhas teóricas e movimentações políticas atuam para produzir as linhas de cuidado em saúde mental, partindo da reforma psiquiátrica no município. Além disso, a pesquisa utiliza como lente de análise os marcadores sociais da diferença e a interseccionalidade (Brah, 2006) para problematizar as linhas de cuidado para contribuir com a

superação das lógicas de exclusão e desumanização da loucura e sua relação com a marginalização da diferença, com o racismo, lgbtquiapn+fobia e capacitismo, presentes fortemente nos discursos manicoriais e hospitalocêntricos.

Desde a década de 1970, os movimentos sanitaristas e pela reforma psiquiátrica ganharam muita força, especialmente pelo combate aos autoritarismos da Ditadura Civil-Militar de 1964. O primeiro, lutava através das conferências de saúde pela consolidação de um projeto de saúde que fosse democrático e universal. Já o segundo, espelhando alguns países europeus, queria colocar fim na violação de Direitos Humanos que a prisão manicomial impunha a internos e familiares. Desta feita, a partir da Constituição (Brasil, 1988) e Lei Orgânica do SUS (Brasil, 1990) tivemos as primeiras normativas legais que visavam efetivamente democratizar a saúde para a população. Na esteira desse processo, após longos 11 anos de tramitação, em 2001, foi promulgada a Lei 10.216, a Lei da Reforma Psiquiátrica (Brasil, 2001), reordenando o cuidado e o redirecionando para o modelo do cuidado em liberdade, a partir do fomento à construção dos dispositivos da rede substitutiva. Assim, esse trabalho se debruça sobre a construção de uma memória histórica do movimento antimanicorial em Porto Alegre, buscando compreender suas lógicas e controvérsias.

Métodos

A metodologia utilizada é uma revisão integrativa de literatura, com artigos a partir de 1992, textos em português com os descritores: “atenção psicossocial” e “Porto Alegre”. Foram buscadas nas bases BVS Saúde e Periódicos CAPES, sendo encontrados 48 artigos, com seleção de 12 artigos que mais estavam relacionados ao tema. Assim, os artigos foram compilados em um quadro, com os seguintes itens: autoria e ano; objetivos; metodologia; e, principais resultados. Além disso, também promovemos um diálogo com autores clássicos da Saúde Mental Coletiva, como Merhy, Onocko-Campos, Minayo, Campos, bem como críticos da reforma psiquiátrica no sentido da necessidade de aquilombamento da saúde mental, como Cida Bento, Rachel Passos, Emiliano David.

Resultados e Discussões

Os resultados parciais apontam para o pioneirismo do Rio Grande do Sul no redirecionamento ao tratamento em liberdade, através da Lei Estadual nº 9.716, promulgada em 7 de agosto de 1992, que dispõe sobre a Reforma Psiquiátrica no Estado, partindo da substituição dos leitos de hospitais

psiquiátricos para a rede de atenção à saúde mental, de forma progressiva. Determina ainda a extinção dos manicômios por um cuidado integral aos usuários que possuem transtornos mentais graves ou persistentes.

Conforme Merhy (2014), nessa época, a disputa entre os modelos de cuidado estava entre a atenção gerenciada (modelagem que funciona através da quantidade de consultas, implementada em vários países da América Latina, nos moldes dos EUA) e a atenção integral e equitativa financiada pelo Estado. Nesse sentido, o Brasil se posicionou favorável a apostar na gestão compartilhada dos dispositivos de saúde, a fim de fomentar que os usuários sejam protagonistas e corresponsáveis pelo cuidado (Brasil, 1990; Campos et al., 2006). Diametralmente oposto ao que se propunha o atenção gerenciada (centrado na medicina, a fim de otimização do trabalho e redução dos custos), o SUS se inscreve na sociedade primando pela democracia como princípio fundamental, inclusive no cuidado direto à população através do controle social.

Entretanto, os resultados parciais demonstram contradições e obstáculos na rede de atenção psicossocial para a concretude da Reforma, como uma coexistência das lógicas do modelo psicossocial e psiquiátrico-hospitalocêntrico-medicalizador operando em conjunto (Batistella et al. 2024). Ainda que o SUS busque fugir de ficar refém dos modelos biomédicos curativos, práticas como o especialismo com o viés de encaminhamento (Wetzel et al. 2014) e falta de contato entre os serviços (Zanardo, Bianchessi, Rocha, 2018) são frequentes de ser observadas na RAPS-POA. Esses achados sugerem que o discurso de uma rede substitutiva aos manicômios de cuidado em liberdade acaba recoberto pelo estabelecimento de alternativas à internação e não por sua superação (Nunes, Guareschi, 2011). Portanto, mesmo com o forte avanço na lógica de cuidado e o pioneirismo no estado, perspectivas opostas acabam circundando os serviços e consequentemente os profissionais, trabalhadores, usuários e famílias.

Outrossim, desde o Hospital Pedro II no Rio de Janeiro, aberto em 1852, temos uma pista importante de como os manicômios de nosso país foram importando modelos de atenção que atendiam a propósitos bastante específicos do ponto de vista da higienização. Basaglia, expoente profissional da psiquiatria democrática italiana, se referiu a Barbacena como “Holocausto Brasileiro” (Arbex, 2013). Assim como Barbacena, são vários os manicômios que foram construídos nos meados do século XIX, e que se confundem com outro dado histórico/econômico importante para a época, o fim da escravização de seres humanos. É nesse sentido que Passos (2018), reposiciona a célebre frase, se perguntando se Barbacena deveria ser encarado como Holocausto ou como Navio Negreiro? Haja vista que as imagens dos aprisionados são muito evidentes se

colocarmos uma lente interseccional para olhar para essa história. A maioria de corpos negros nas fotos das pessoas aprisionadas em Barbacena denota a forma como tais instituições totais foram forjadas como dispositivos pós-coloniais a fim de seguir com a lógica manicolonial de higienização da sociedade, mais uma das formas do projeto de branqueamento da população, o que a Cida Bento (2014) chama de pacto silencioso da branquitude. Ficando nítido que a narrativa brasileira sobre a reforma psiquiátrica também é carregada de apagamentos e silenciamentos em relação a raça e gênero, como se a loucura fosse um diagnóstico apartado das marcações sociais.

Conclusões

Dessa forma, como linhas de abertura frente a um projeto ainda em andamento, podemos concluir que mesmo após trinta anos da formalização da Reforma Psiquiátrica no estado do Rio Grande do Sul ainda é possível ver as marcas do manicômio, através de sua presença em discursos, perspectivas de trabalho e cuidado coexistindo na RAPS. Nos artigos encontrados, se problematiza a temática da centralidade uniprofissional médica, a falta de comunicação entre serviços, e muitas vezes a preferência pela internação e falta de investimento na saúde mental. Nesse sentido, salientamos a necessidade de construção de políticas públicas alinhadas com o cuidado em liberdade que sejam interseccionais, assim como novas pesquisas que possam promover tais discussões a fim de fomentar a construção do aquilombamento da saúde mental David e Vicentin (2020).

Referências

Citar as mais consultadas. As referências deverão ser formatadas nas normas ABNT (NBR 6023/2025).

ARBEX, Daniela. Holocausto Brasileiro. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

BATISTELLA, et al. Concepções acerca das relações de cuidado entre trabalhadores e a pessoa em crise em um centro de atenção psicossocial. REVISA, [S. l.], v. 13, n. 3, p. 806–817, 2024.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray & BENTO, Maria Aparecida Silva. (Orgs.). Psicologia social do racismo. Petrópolis: Vozes, p. 25-57, 2014.

BRAH, Avitar. Diferença, diversidade, diferenciação. Cadernos Pagu, n. 26, p. 329–376, jan. 2006.

DAVID, Emiliano de Camargo e VICENTIN, Maria Cristina Gonçalves. Nem crioulo doido nem negra maluca: por um aquilombamento da Reforma Psiquiátrica Brasileira. *Saúde em Debate*, v. 44, n. spe3, p. 264–277, out. 2020.

FOUCAULT, Michel. *História da Loucura na Idade Clássica*. Trad. José Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 12ª ed., 2019.

MERHY, Emerson Elias. *Saúde, a cartografia do trabalho vivo*. São Paulo: Hucitec, 4ª ed., 2014.

NUNES, Karla Gomes; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. Da substituição à alternância: a legislação em saúde mental e a rede de serviços na cidade de Porto Alegre. *Aletheia*, Canoas, n. 35-36, p. 137-153, 2011.

PASSOS, Rachel Gouveia. “Holocausto ou Navio Negreiro?”: inquietações para a Reforma Psiquiátrica brasileira. *Argumentum*, v. 10, n. 3, p. 10-23, 2018.

WETZEL, Christine, et al. A rede de atenção à saúde mental a partir da Estratégia Saúde da Família. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, v. 35, n. 2, p. 27–32, jun. 2014.

ZANARDO, Gabriela Lemos de Pinho; BIANCHESSI, Desirée Luzardo Cardozo; ROCHA, Kátia Bones. Dispositivos e conexões da rede de atenção psicossocial (RAPS) de Porto Alegre - RS. *Est. Inter. Psicol., Londrina*, v. 9, n. 3, p. 80-101, 2018. DOI: 10.5433/2236-6407.2018v9n3p80.

Fomento: Programa Pró Ciência do Ecossistema Ânima/ Bolsa de Iniciação Científica.